

Folclore: problematizações do uso do termo no estudo de culturas de tradição oral

Comunicação

GTE 2 - Abordagens etnográficas de modos de aprendizagem e de ensino musical

Aline Moraes Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina
aline.ms@edu.udesc.br

Sandra Mara da Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina
sandra.cunha@udesc.br

Resumo: A discussão proposta neste artigo resulta de pesquisa de mestrado (Silva, 2023), e aborda os usos do termo folclore desde sua emergência até os tempos atuais. O contexto da pesquisa, que se deu em um grupo de Folia de Reis, evidenciou a necessidade de ampliar o debate a respeito das denominações mais apropriadas para cada cenário cultural, visto que muitas manifestações são cercadas de preconceitos históricos corroborados pelas escolhas linguísticas. O termo folclore emerge como um conceito ainda hoje amplamente utilizado, na Música e na Educação Musical, para se referir a manifestações das culturas populares, apesar do desgaste semântico que podemos evidenciar pela pesquisa realizada. Pudemos constatar, a partir de um estudo bibliográfico, que se trata de um tema que não se esgota pela escolha de um ou outro vocábulo, mas que exige uma reflexão constante e adequada para cada contexto. Diante disso, sugerimos modos de nomear as expressões das culturas populares de forma mais situada culturalmente, visto a perspectiva etnocêntrica que fundamentou os estudos sob a denominação de folclore.

Palavras-chave: culturas populares, folclore, Folia de Reis.

Introdução

É sempre o mesmo defeito, mais ou menos fatal, reconheço, de ajuizar e compreender por meio de terminologia e conceitos de civilizado, as coisas do povo e das civilizações naturais. (Andrade, 2002, p. 381). Na verdade, o belcanto europeu só pode servir de padrão de julgamento para... o belcanto europeu. Se esta observação não pretende lhe recusar a beleza magnífica, propõe modestamente a coexistência de outras belezas. (Ibid., p. 383).

Mário de Andrade foi um grande investigador das culturas populares e contemporâneo de tantos outros estudiosos que, sob o cunho de folcloristas, pesquisaram e produziram conhecimento a partir das manifestações tradicionais de nosso país. Mário não se reconhecia assim, mas Florestan Fernandes contesta: “Mário de Andrade foi folclorista. E medido pela bitola dos folcloristas brasileiros, um grande folclorista.” (Fernandes, 1994, p. 153). Segundo esse autor, a obra de Mário propõe fecundas discussões sobre a relação entre as culturas erudita e popular, entre as coisas do povo e os “conceitos de civilizados”, tema tratado em suas produções sempre com muitas ressalvas, um “verdadeiro dilema”. O drama da separação entre as culturas erudita e popular criaria a seguinte tese: “Fundir ‘arte popular’ e ‘arte erudita’ em busca de um caráter nacional mais expressivo e verdadeiro, um terceiro termo que implique pelo menos um mínimo de separação humana.” (*Ibid.*, p. 146).

Essa é uma das preocupações que emergem na produção de Mário de Andrade, provavelmente um dos motivos que o levaram a afirmar não ser folclorista. Talvez por identificar nos estudos sobre o folclore esta linha de “separação humana” que ele tanto desejava diluir, já que seu interesse pelas culturas populares se tratava de uma questão de amor:

Não pretendi fazer obra de etnógrafo, nem mesmo de folclorista, que isto não sou: pretendi foi assuntar, atocaiar com mais garantias a namorada chegando. Se acaso algumas constâncias me interessam mais, se alguma nova eu terei fixado, foi sempre por essa precisão que tem o amante verdadeiro de conhecer a quem ama. Não tanto para compreender o objeto amado em si mesmo, como pra se identificar com ele e milhormente poder servi-lo e gozar. (Andrade, 2002, p. 388).

Trago Mário de Andrade para, além de poetizar esse território de escrita, introduzir o tema do uso do termo folclore na atualidade, e no campo da Educação Musical, à qual este trabalho pertence. Termo muito utilizado para se referir a expressões culturais nascidas em contextos sociais que se encontram à margem da cultura erudita, os estudos sobre o folclore tiveram como baluarte o pensamento moderno ocidental, a tal “civilização”. Tendo sido usado em diversos contextos e períodos da nossa história, precisamos discutir se ainda nos convém utilizar tal termo em nossos estudos e produções atuais.

Segundo Ikeda (2013, p. 186), o termo folclore há muito tem sido evitado por seu desgaste semântico. De fato, as produções nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, assim como documentos internacionais de diretrizes para a salvaguarda das culturas populares tradicionais, já não utilizam esse vocábulo. Mas ele é, ainda hoje, bastante utilizado em outros contextos. Cito o Encontro de Folclore de Guaxupé, localidade em que foi desenvolvida a pesquisa da qual esse texto é parte fundante, que ocorre todo ano, e que em 2022 realizou a sua 18ª edição, e a Associação Guaxupeana de Defesa do Folclore, que promove ações de fomento às manifestações populares na região. Como esses, são muitos os encontros e festivais de folclore espalhados pelo nosso país, muitas vezes celebrando o Dia do Folclore, instituído no Brasil a partir do Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965. Também em contexto acadêmico, não é raro encontrarmos estudos recentes em Educação e Educação Musical afirmando a importância da inclusão do folclore no ensino escolar.

A discussão proposta neste artigo é parte de pesquisa de mestrado (Silva, 2023)¹ e aborda os usos do termo folclore desde sua criação até os tempos atuais. A pesquisa, que se deu no contexto de um grupo de Folia de Reis, evidenciou a necessidade de ampliar o debate a respeito das denominações mais apropriadas para cada cenário cultural, visto que muitas manifestações são cercadas de preconceitos históricos corroborados pelas escolhas linguísticas. Como professoras de música, no trabalho com crianças, jovens e adultos, entendemos que um de nossos compromissos é a consideração pelos saberes que fundam as diferentes culturas que constituem nossa *práxis*, nos mais variados contextos. A valorização da diversidade cultural, incluso as culturas de tradição oral e a música de concerto, passa pelo reconhecimento dos seus modos de produção e difusão, além do respeito pelos sujeitos que as praticam e as manifestam.

O termo folclore emerge como um conceito ainda hoje amplamente usado para se referir a manifestações das culturas populares, inclusive pelos seus agentes, apesar do desgaste semântico que pudemos evidenciar pela pesquisa realizada. Pudemos constatar que se trata de um tema que não se esgota pela escolha de um ou outro vocábulo, mas que exige uma reflexão constante e adequada em cada situação, de modo a não minorizar

¹ Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e aprovada pelo comitê de ética sob o nº CAAE 55619921.4.0000.0118.

expressões musicais de tradição oral. Sendo assim, sugerimos modos de nomear as expressões populares de forma mais situada culturalmente, visto a perspectiva etnocêntrica que fundamentou os estudos sob a denominação de folclore. Por essas razões, justificamos a escolha de trazer um breve histórico do uso desse termo e as atuais nomenclaturas em uso.

Folcloristas e antiquários

Segundo Ortiz (1992), a coleta de costumes populares se tornou comum a partir do século XVI. Praticada principalmente por sacerdotes, tinha como finalidade “apontar os erros e as crendices das classes inferiores, e se encontravam [os escritos dos sacerdotes] em consonância com um espírito moralizador e hostil às manifestações populares” (Ortiz, 1992, p. 11). Alguns estudiosos da época se interessaram por essa prática, o que fez surgir a figura do antiquário:

A curiosidade pela coleta das práticas e narrativas se intensifica, dando origem a um novo tipo de intelectual: o antiquário. No início, cada um deles faz um trabalho solitário, sem conexão com os outros; com o passar do tempo, eles se agrupam em clubes, onde seus trabalhos são discutidos. (Ortiz, 1992, p. 12).

O antiquário carregava duas características primordiais. A primeira delas era a atitude de colecionador que marcava o interesse desses intelectuais. Tratava-se da sistematização e do ordenamento de materiais diversos, considerados como “coisas do passado”. A segunda característica se aplicava à postura diante desse material, frequentemente justificada pelo “amor às antiguidades”, ou pelo “gosto do bizarro”, com uma atitude negativa e restritiva perante tais saberes (Ortiz, 1992, p. 14).

Foi nesse contexto que o termo folclore, cunhado por William John Thoms, apareceu pela primeira vez, publicado na revista *Athenaeum*, em 1846:

[Dirigindo-se aos leitores] suas páginas têm frequentemente mostrado o interesse pelo que na Inglaterra chamamos Antiguidades Populares ou Literatura Popular (embora seja mais um saber do que uma literatura, e seria mais apropriado descrevê-lo por urna boa combinação saxônica, Folk-Lore – o saber do povo) que não é sem esperança que lhes peço ajuda para cultivar as poucas espigas que existem dispersas no campo, e que nossos antepassados juntaram numa boa colheita. Todos aqueles que estudaram as maneiras, os costumes, práticas, superstições, baladas, provérbios, etc., dos tempos antigos, devem ter chegado a duas

conclusões: primeiro, o quanto tudo isto é curioso e que o interesse por elas está agora se perdendo; segundo, o quanto pode ainda ser recuperado. O que poderíamos fazer no 'Every-Day-Book', o 'Athenaeum' com sua circulação mais ampla, pode realizar dez vezes mais: juntar os infinitos pequenos fatos, ilustrativos dos objetos que mencionei, e que se encontram espalhados na memória de milhares de leitores". (Thoms, 1846 *apud* Ortiz, 1992, p. 13).

Os estudos de folclore percorrem a história e cumprem papéis estratégicos a depender do período histórico, artístico ou político. No Romantismo, por exemplo, as práticas populares são consideradas “arquivos de nacionalidade”, e sua valorização está alinhada à crítica racionalista do progresso (Ortiz, 1992, p. 22). Já na segunda metade do século XIX, o folclore ganha contornos de disciplina científica, como pode-se perceber com a criação da *Folklore Society*, em 1878, na Inglaterra, mesmo período em que os estudiosos da cultura popular ficam conhecidos por folcloristas. Com interesses conflitantes, e em consonância com as evoluções científicas da época, essa nova ciência poderia tender ao mesmo negativismo dos antiquários diante dos saberes populares, já que as sociedades urbanas e o ritmo do progresso se contrapunham “à vida bárbara e miserável do campo”, território dos interesses desses estudiosos (*Ibid.* p. 35).

Outra característica impressa na ideia de folclore que se estabelece desde a prática dos antiquários é a caracterização desses conhecimentos como algo estático no tempo. Seja com vistas ao levantamento desse material apenas como registro ou curiosidade, ou ainda ao seu estudo mais aprofundado, com ênfase na valorização e salvaguarda destas expressões tradicionais, a ideia de que as culturas populares são peças do passado muitas vezes ainda permeia a relação entre a sociedade e tais manifestações. No entanto, os atuais trabalhos sobre culturas populares nos indicam o contrário. Segundo Ikeda (2013), os grupos tradicionais são os continuadores das heranças dos antepassados, e apesar do movimento intrínseco de manutenção e conservação das tradições, de suas narrativas e símbolos, a sobrevivência de uma expressão popular reside na sua flexibilidade e adaptabilidade, operando uma atualização e renovação que imprimem um caráter vivo e dinâmico às culturas populares (Ikeda, 2013, p. 177). No mesmo sentido, a partir do estudo sobre festas populares, a professora Soraia Saura afirma:

Ao contrário da ideia de imobilidade, a diversidade de possibilidades das festas nos mostra um universo dinâmico e ativo, em constante mutação, recorrente, de forma não unificada e ainda a ser desvendado. Assim, a ideia de tradição sugere - mais do que a manutenção - a recriação, a ressignificação e a transformação. (Saura, 2015, p. 53).

Diante da perspectiva classista e centrada no saber letrado, que coloca os saberes das culturas de tradição oral em um lugar de menoridade, é possível compreender por que o termo folclore tem sido evitado atualmente. Segundo Alberto Ikeda:

Há anos o termo folclore tem sido evitado por muitos estudiosos, por seu desgaste semântico. Um dos motivos dessa deterioração se deu pela maneira como os fatos culturais populares, tradicionais, foram concebidos, estudados e divulgados por muitos folcloristas: de modo descontextualizado, considerados apenas em aspectos fragmentados das expressões em si, nas suas exterioridades e formas, independentemente das suas funções e sentidos profundos para as pessoas e comunidades onde se preservam. Nesse viés, acabavam servindo como alegoria e representação da cultura nacional, da brasilidade, ou das regionalidades, ou ainda como manifestações de arte, para o usufruto estético e de entretenimento. Tais enfoques provocaram nas pessoas visão negativa a respeito desses fatos, como se fossem expressões curiosas, rústicas, anedóticas, exóticas diante da vida moderna, vinculados aos ignorantes e à pobreza [...]. (Ikeda, 2013, p. 186).

Herança de tal passado, ainda hoje muitas iniciativas políticas, culturais e até mesmo educacionais, não passam de um mero aproveitamento do “material folclórico”:

De qualquer modo, em uma visão dialética e macroestrutural, se admitirmos que esses fatos culturais estão ligados a grupos subalternos e periféricos da sociedade, todas as iniciativas, mesmo as governamentais, e até as artísticas e de inclusão social acabam resultando em processos que de algum modo chegam às apropriações e expropriações culturais, ou na transformação de conteúdos e sentidos sociais e políticos, sobretudo quando servem para preencher programações como espetáculos artísticos em instituições culturais, ou mesmo em apresentações oficiais organizadas por órgãos públicos, como referências da cultura nacional. Afinal o simples ato da transposição desses fatos culturais de seus locais convencionais de realização (comumente inseridos em festas e rituais tradicionais) para outros transforma a atividade em uma simples representação, uma apresentação apenas. (Ikeda, 2013, p. 183).

Por tudo que foi dito até aqui, fica claro que, enquanto educadoras e educadores musicais, precisamos compreender o quanto tais manifestações, em muitas das vezes, são constituídas para além do fato musical, e para tanto, devemos começar buscando

terminologias adequadas para nomeá-las. Mas encontrar nomenclaturas para tais manifestações não é uma tarefa fácil, pois “ao longo da história são muitas as tentativas de se definir a cultura popular tradicional, sobretudo por folcloristas. Porém, trata-se de tarefa complexa, com resultados que sempre apresentam um ou outro senão, por envolverem saberes e fazeres tão variados” (Ikeda, 2013, p. 174). *Cultura popular, cultura tradicional, cultura popular de tradição oral, cultura de raiz, tradições populares e conhecimentos tradicionais* são algumas dessas tentativas que, de alguma maneira, buscam circunscrever tais expressões e distingui-las de outras expressões culturais, como a cultura erudita, a urbana moderna, a de massa ou até mesmo as culturas indígenas (*Ibid.*, 174).

O autor distingue, também, os grupos tradicionais de outros grupos e expressões artísticas que estão envolvidos direta ou indiretamente com a cultura tradicional, como é o caso dos balés folclóricos, dos intérpretes de músicas de tradição oral, dos compositores de música popular, de gêneros regionais e dos grupos contemporâneos de vitalização das expressões populares.

Um conceito que está se tornando cada vez mais comum em documentos de referência internacional é o termo *patrimônio imaterial*, como podemos ver na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizado em 2003 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (Unesco, 2006, não paginado).

A ideia trazida pelo documento alarga e redimensiona a discussão, pois nele as expressões culturais existem e resistem associadas a seus fundamentos e práticas sociais, reconhecidas como um bem por grupos, comunidades ou indivíduos. Nessa definição podemos notar que diversas dimensões se articulam: os modos de transmissão, os

espaços culturais, o sentimento de pertença, a história de cada grupo ou comunidade e as ideias de continuidade e atualização.

Considerações Finais

Nomear a grande diversidade e complexidade dos fatos culturais é, de fato, tarefa tremenda, ainda mais quando nos atentamos aos equívocos que queremos combater. Apesar disso, podemos tecer com cuidado a relação com tantos saberes e evitar expressões que levem a entendimentos superficiais e preconceituosos. De fato, após o discorrido, entendemos que o termo folclore não é o mais adequado para uso em produções acadêmicas e pedagógicas na área da Educação Musical, dado seu desgaste semântico e sua perspectiva classista e etnocêntrica. Além disso, evitar expressões no singular, como cultura popular, pode ser um bom começo, já que essa nomenclatura não consegue expressar a diversidade e a heterogeneidade das culturas, e por vezes pode conduzir ao binômio cultura popular – cultura letrada. São diversas as ações de fomento e salvaguarda que optam por essa nomenclatura no plural: Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares; o Edital da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID)/Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, para Fomento às Expressões das Culturas Populares; o II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares e o I Encontro Sul-Americano de Culturas Populares (Ikeda, 2013, p. 181).

No caso da Folia de Reis, contexto da pesquisa que deu vida a este artigo, podemos assumir que essa manifestação está circunscrita no grande repertório das culturas populares, e que pode ser definida como uma expressão cultural de tradição oral, dado seu modo de transmissão de saberes. Se nos aproximamos um pouco mais desse universo cultural, as folias podem ser posicionadas dentro das culturas caipiras, as quais, segundo Vilela, a folia integra, convive e com ela se entrelaça. (Vilela, 2017, p. 279).

Ao tratarmos de modos sempre dinâmicos de produção de conhecimento e suas práticas, manifestamos nosso desejo de estarmos sempre atentas às muitas maneiras de nomear as manifestações culturais, fazendo o exercício constante de buscar, a partir de tais expressões, não apenas compreendê-las, mas também a melhor maneira de dizê-las.

Referências

ANDRADE, Mário. *Os cocos*. Preparação, ilustração e notas de Oneyda Alvarenga. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

BRASIL. Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965 – Institui o dia do Folclore. *Diário Oficial da União*: seção 1 - Brasília, DF, p. 8302, 18 ago. 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D56747.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2056.747%2C%20DE%2017,Institui%20o%20dia%20do%20Folclore.&text=CONSIDERANDO%20a%20import%C3%A2ncia%20crescente%20dos,divulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20cultura%20popular%20brasileira. Acesso em: 31 jan. 2023.

FERNANDES, Florestan. Mário de Andrade e o folclore brasileiro. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 12, vol. 106, jan.-fev., 1994. Disponível em: [file:///C:/Users/Aline/Downloads/72003-Texto%20do%20artigo-96438-1-10-20140127%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Aline/Downloads/72003-Texto%20do%20artigo-96438-1-10-20140127%20(1).pdf). Acesso em: 31 jan. 2023.

IKEDA, Alberto T. Culturas populares no presente: fomento, salvaguarda e devoração. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79. p. 173-190, 2013.

ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas*. São Paulo: Editora Olho d'água, 1992.

SAURA, Soraia Chung. Culturas Populares, brincar e conhecer-se. In: MEIRELLES, Renata (org.). *Território do Brincar*: diálogo com escolas. São Paulo: Instituto Alana, 2015.

SILVA, Aline Moraes. *No giro com a Folia de Reis: ensinar-e-aprender "música" em um contexto de tradição oral*. 2023. 85 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris, 17 de outubro de 2003. Trad. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

VILELA, Ivan. Caipira: cultura, resistência e enraizamento. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 90, p. 267-282, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/137898>. Acesso em: 17 mai. 2023.